CONAPICS
DE 19 A 22 DE ABRIL DE 2021
ISBN: 978-65-86861-96-9

AUSÊNCIA DAS MEDICINAS TRADICIONAIS BRASILEIRAS NA FORMAÇÃO EM PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE

Congresso Online Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, 2ª edição, de 19/04/2021 a 22/04/2021
ISBN dos Anais: 978-65-86861-96-9

BARBONI; Viviana Graziela de Almeida Vasconcelos [1], OTA; Laura Iumi Nobre [2], CARVALHO; Yara Maria de [3]

RESUMO

A criação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), em 2006, abriu um importante espaço para a integração de sistemas médicos complexos e recursos terapêuticos no Sistema Único de Saúde (SUS), através do reconhecimento, até o momento atual, de 29 práticas. Porém é possível reconhecer que a formação dos profissionais de saúde para atuação com práticas integrativas e complementares em saúde (PICS) no Brasil ainda é bastante insuficiente e difusa, e por isso se destaca a importância de investigações a respeito das ofertas formativas, no sentido de problematizar e dar visibilidade às lacunas visando, assim, repará-las. Analisamos a formação superior em PICS, com foco nas medicinas tradicionais brasileiras, nos cursos de Educação Física, em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e na Residência Multiprofissional em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (RMPICS) da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, esta por ser a única Residência em PICS e contemplar a Educação Física entre as nove categorias profissionais presentes. Realizamos análise documental das grades curriculares de cursos de graduação em Educação Física de IES públicas e do curso de Residência Multiprofissional citado para verificar a oferta de disciplinas de PICS com foco nas medicinas tradicionais ameríndias, africanas e afrodiaspóricas. O levantamento dos currículos de graduação levou em conta todos os cursos cadastrados como Educação Física ativos no país, a partir da lista de cursos superiores de graduação expedida em abril de 2020, disponível no Repositório de Arquivos do MEC (RAMEC), e para análise da grade curricular, foram utilizadas as informações disponíveis nos sites oficiais de cada IES, estando excluídas aquelas que não forneciam os dados. Para a grade curricular da RMPICS entramos em contato por correio eletrônico diretamente com a coordenação do programa. Ao todo, foram analisadas 173 matrizes curriculares em 87 IES do Brasil e a grade curricular da RMPICS, das quais nenhuma apresentou o olhar sobre as práticas de cuidado em medicinas tradicionais, cosmovisões ameríndias ou africanas ou mesmo sobre uma antropologia da saúde, apesar de 38 currículos da graduação apresentarem pelo menos uma oferta de disciplina voltada para a área de PICS. Esse achado corrobora com uma lacuna existente na própria PNPIC que exclui as medicinas tradicionais ameríndias e africanas do texto oficial, favorecendo práticas pertencentes ao universo “branco” ou “amarelo branqueado”, de tradição escrita e apropriadas pelas profissões da saúde, em especial a profissão médica (MOEBUS; MERHY, 2017). Ainda

[1] Universidade de São Paulo, vivianabarboni@yahoo.com.br
[2] Universidade de São Paulo, laura.ota@usp.br
[3] Universidade de São Paulo, yaramc@usp.br

destaca uma tendência na formação em Educação Física em conservar suas raízes eurocêntricas e estadunidenses (SOARES, 2001). A exclusão daquelas práticas em documentos oficiais repercute em silenciamentos, subalternização e invisibilização desses saberes não-hegemônicos e, assim, o epistemicídio fica caracterizado (SANTOS, 2007), tendo como consequência a invisibilização das contribuições dos povos indígenas e afro-diaspóricos brasileiros para o campo da saúde e, consequentemente, a desvalorização de um patrimônio de experiências, saberes e práticas. Considerando que são povos vítimas de genocídio sistemático, agrava-se ainda mais o impacto dessa omissão, não apenas pelo risco do desaparecimento desses conhecimentos pela extinção dos seus praticantes, mas também pela perpetuação do "não-lugar" que se impõe para esses povos no mundo branco, ocidentalizado e letrado. Ao pautar de maneira incipiente o debate das epistemologias dos povos tradicionais brasileiros nos currículos e não abordar suas medicinas nas discussões voltadas para a saúde, o ensino superior público em Educação Física se torna conivente com esse apagamento, corresponsável pelas suas consequências e não prepara profissionais para atender grupos de diferentes matrizes étnicas de acordo com os princípios fundamentais do SUS. MOEBUS, R.L.N; MERHY, E.E. Genealogia da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares. Saúde em Redes, v. 3, n. 2, p. 145-152, 2017. SANTOS, B. S. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo , n. 79, p. 71-94, nov. 2007. SOARES, C. L. Educação física: raízes européias e Brasil. 2. ed. revista. Campinas: Autores Associados, 2001.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física. Formação Profissional em Saúde. Terapêuticas Tradicionais. Práticas Integrativas e Complementares.

[1] Universidade de São Paulo, vivianabarboni@yahoo.com.br
[2] Universidade de São Paulo, laura.ota@usp.br
[3] Universidade de São Paulo, yaramc@usp.br